



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

137

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000235-48.2004.8.17.0140 (0277751-5)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSÉ EMÍLIO COIMBRA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

EMENTA: PENAL. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA CONFIGURADA. DOSIMETRIA. *BIS IN IDEM*. EXACERBAÇÃO DA PENA BASE. OCORRÊNCIA. PROVIMENTO PARCIAL. UNANIMIDADE.

1. Diante dos elementos da prova, percebe-se que o apelante dirigiu-se à Delegacia para prestar a denúncia falaciosa, provavelmente, para vingar-se do cunhado que era seu desafeto. Assim, restou como claramente configurada a materialidade delitiva, sendo certo ainda que o apelante foi o autor da conduta típica que lhe foi imputada na sentença ora vergastada (art. 339 do CP).
2. A fixação da pena base no patamar próximo ao máximo, como precedeu o Exmo. Magistrado de Primeiro Grau, afigura-se exacerbada diante das circunstâncias judiciais que envolvem o caso
3. Provimento parcial.
4. Unanimidade.

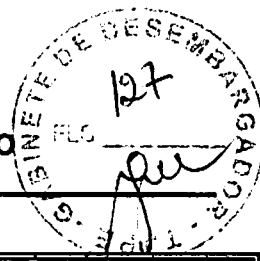
ACÓRDÃO

138

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0000235-48.2004.8.17.0140 (0277751-5), em que figura como apelante JOSÉ EMÍLIO COIMBRA, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, dar provimento parcial ao presente apelo para reduzir a pena estabelecida do *decisum* impugnado para 4 (quatro) anos de reclusão em regime inicialmente semi-aberto, aplicando-se a benesse do art. 44 do Código Penal para que a precitada reprimenda seja substituída por duas penas restritivas de direitos que serão definidas pelo Juízo *a quo*, mantendo-se inalterados os demais termos da sentença, inclusive no que tange a multa pecuniária.

Recife, 22 de março de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000235-48.2004.8.17.0140 (0277751-5)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSÉ EMÍLIO COIMBRA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **JOSÉ EMÍLIO COIMBRA** em face da decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Água Preta.

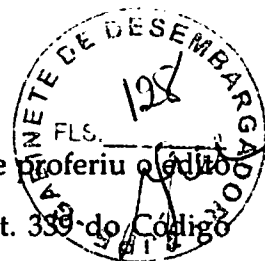
A Representante do Ministério Público, no uso de suas atribuições, ofereceu denúncia criminal contra o apelante, imputando-lhe a conduta dos art. 339 do Código Penal. Alega, em síntese, que no apelante, em razão de uma desavença familiar, denunciou caluniosamente seu cunhado perante a autoridade policial, imputando-lhe a prática do crime de atentado violento ao pudor cometido em desfavor do menor Michel da Silva Coimbra (filho do apelante).

A exordial acusatória veio instruída com os autos do inquérito policial, onde a Ilmo. Delegado concluiu que o crime noticiado pelo apelante não ocorreu (fls. 05/ 26).

Termo de audiência de qualificação e interrogatório do apelante às fls. 35/36, onde este último negou a autoria delitiva.

Termo de audiência das testemunhas às fls. 40/47.

Alegações finais das partes às fls. 53/54 e 57/58.



O Juízo *a quo* decidiu acolher o pleito ministerial e proferiu o *edito* condenatório de fls. 61/65, imputando ao apelante a prática do art. 339 do Código Penal, cominando pena de 06 (seis) anos de reclusão em regime inicialmente semi-aberto e 30 dias-multa¹.

O apelante foi regularmente intimado do *edito* condenatório às fls. 92 e manifestou seu inconformismo às fls. 94. Nas razões recursais, argumenta que a materialidade delitiva não restou configurada e requer sua absolvição. Alternativamente, argumenta que o Juízo exacerbou a reprimenda, pois, pelas circunstâncias judiciais inerentes ao caso, a aplicação da pena mínima seria perfeitamente adequada.

Nas contrarrazões, o *Parquet* argumenta que a materialidade e autoria delitiva se afiguram incontestáveis, tendo o Exmo. Magistrado decidido acertadamente pela condenação do apelante. Alega ainda que a reprimenda foi estabelecida na mais estrita observância dos arts. 59 e 68 do Código Penal, pelo que se impõe a manutenção da decisão ora impugnada em todos os seus termos.

A douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer, ao argumento de que o *decisum* não apresenta imperfeições, opina pelo não provimento recursal.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 24 de Setembro de 2012.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator

¹ Cada dia multa foi estabelecido no valor de um trigésimo do valor do salário mínimo vigente à época do fato.



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000235-48.2004.8.17.0140 (0277751-5)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: JOSÉ EMÍLIO COIMBRA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA GONÇALVES FONTES

VOTO

Conforme relatado, através da presente apelação criminal, o apelante **JOSÉ EMÍLIO COIMBRA**, vulgarmente conhecido como "**BEBEL**", requer a modificação da decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Água Preta, que lhe imputou a prática do ilícito do art. 339 do Código Penal, cominando pena de 06 (seis) anos de reclusão em regime inicialmente semi-aberto e 30 dias-multa.

Nas razões recursais, o apelante argumenta que a materialidade delitiva não restou devidamente configurada e, por tal motivo, requer sua absolvição. Alternativamente, argumenta que o Juízo exacerbou a reprimenda, pois, pelas circunstâncias judiciais inerentes ao caso, a aplicação da pena mínima seria perfeitamente adequada.

O apelante, em 19 de agosto de 2004, dirigiu-se à Delegacia Policial e noticiou crime de atentado violento ao pudor cometido em desfavor do seu filho, o menor Michel da Silva Coimbra.

O apelante informou aos agentes públicos que o crime teria sido cometido pelo seu cunhado, Manuel da Silva Borges. 140

Após os trabalhos investigativos, o Delegado de Polícia concluiu que a aludida notícia criminosa era falaciosa e resolveu indiciar o ora apelante como incurso nas iras do art. 339 do Código Penal (fl. 26).

Iniciada a ação penal, o apelante negou a prática delitiva ao ser interrogado em Juízo, afirmando que *"seu filho de nome Michel lhe disse que Manuel havia esfregado seu 'negócio' nele e que havia lhe oferecido um videogame para que a criança fizesse alguma coisa com ele"* (fl. 36).

Ocorre que, durante a audiência realizada para a oitiva das testemunhas o Juízo *a quo* obteve elementos que se coadunam com a tese ministerial. Durante a precitada audiência o menor supostamente agredido, Michel da Silva Coimbra, inicialmente, afirmou ter sido vítima de atentado violento ao pudor, entretanto, após a oitiva de outras testemunhas que atestaram a inocorrência do crime, o Juízo voltou a inquirir o menor e obteve o seguinte depoimento (fl. 46):

"que foi Bebel (o apelante) quem mandou que ele dissesse que Noel fez isso com ele; que Noel não fez nada com ele, mas Bebel mandou ele dizer isso; que mentiu porque tem medo de Bebel; que Bebel ontem à noite agrediu sua Mãe com um pau nas costas, ficando a marca;; que Bebel já bateu nele com um cipó e também bate nos seus irmãos; (...)"

O depoimento do filho do apelante se coaduna com outros elementos da prova. A vizinha do apelante, Sr. Maria José Ferreira, afirmou em juízo o seguinte (fl. 44):

"que no dia do fato chegou a presenciar uma confusão entre o denunciado e o cunhado Manoel, chegando o denunciado a sair de casa com um facão na mão; que instantes depois soube que o denunciado foi dar parte na Delegacia; (...); que a depoente também foi para a

Delegacia, onde o menor informou que foi obrigado pelo Pai a inventar tal estória; pois ao contrário apanharia; que também conversou com Michel em casa e ele disse a mesma coisa, ou seja, que o Pai o obrigou a incriminar Manuel (...)

Um cunhado do apelante, Sr. José Gonzaga da Silva, ao prestar depoimento em Juízo, afirmou que (fl. 45):

"(...) já conversou várias vezes com a criança sobre o fato e ele sempre diz que Bebel, ou seja, o Pai, mandou ele inventar que Manuel abusou dele"

Diante destes elementos da prova, percebe-se que o apelante dirigiu-se à Delegacia para prestar a denúncia falaciosa, provavelmente, para vingar-se do cunhado que era seu desafeto. Assim, tenho como claramente configurada a materialidade delitiva, sendo certo ainda que o apelante foi o autor da conduta típica que lhe foi imputada na sentença ora vergastada.

No que tange a dosimetria da pena, percebe-se o artigo 339 do Código Penal comina, abstratamente, pena de dois a oito anos de reclusão. O Exmo. Magistrado de Primeiro Grau, por considerar que as circunstâncias judiciais, em sua maioria, foram desfavoráveis ao apelante, decidiu fixar a pena base em cinco anos de reclusão. No entender do Exmo. Juiz Singular, a hipótese também ensejou o manejo da circunstância agravante da alínea "a" do inciso II do art. 61 do Código Penal (motivo torpe), pelo que se elevou a pena em um ano, tornando-a definitiva em seis anos de reclusão e trinta dias multa.

A dosimetria elaborada pelo Exmo. Magistrado *a quo*, *data venia*, foi exacerbada. Em que pese o fato de a personalidade e a conduta social do apelante lhe serem desfavoráveis, pois há elementos que indicam que este último é agressivo e frequentemente usava de violência contra seus familiares, não há razão para que as circunstâncias e a conseqüências do crime sejam consideradas negativamente.

Além disso, observa-se que o Exmo Magistrado, na fixação da pena base, julgou negativamente o motivo do crime por considerá-lo torpe. A suposta torpeza da motivação do crime também foi considerada como circunstância agravante (al. "a" do inciso II do art. 61 do Código Penal), restando configurado evidente *bis in idem*. 142

Desta forma, por considerar desfavoráveis ao apelante a sua personalidade e conduta social; levando em conta a primariedade, tenho que a pena base deve ser fixada em quatro anos de reclusão.

Nos autos existem elementos que indicam que o apelante e a vítima entraram em luta corporal antes de o primeiro, em represália, dirigir-se à Delegacia Policial para cometer o ilícito. A razão do litígio entre a vítima e o apelante não restou devidamente esclarecida, pelo que tenho ser inaplicável a circunstância agravante do motivo torpe, devendo a pena tornar-se definitiva em 4 (quatro) anos de reclusão, em regime inicialmente semi-aberto.

O artigo 44 do Código Penal estabelece que a pena restritiva de direito é autônoma e substitui a privativa de liberdade quando esta última não for superior a quatro anos. Assim, sendo certo que o apelante é primário e que a pena restritiva de direito afigura-se suficiente para punir o ilícito, tenho por bem aplicar a substituição da pena pleiteada no apelo.

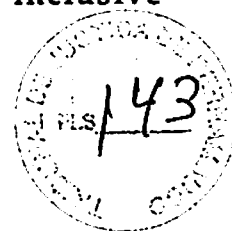
Desta forma, em razão do exposto, voto pelo provimento parcial da presente apelação criminal unicamente para reduzir a pena aplicada pelo Juízo de Primeiro Grau para 4 (quatro) anos de reclusão, em regime inicialmente semi-aberto, aplicando-se a benesse do art. 44 do Código Penal para que a precitada reprimenda seja substituída por duas penas restritivas de direitos que serão definidas pelo Juízo a

quo, mantendo-se inalterados os demais termos da sentença, inclusive no que tange a multa pecuniária.

É como voto

Recife, 22 de junho de 2013.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIME Nº 0000235-48.2004.8.17.0140 (277.751-5)

COMARCA: Água Preta - 2ª Vara.

APELANTE: José Emílio Coimbra.

APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima.

REVISOR: Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Adriana Fontes.

ÓRGÃO JULGADOR: Quarta Câmara Criminal.

VOTO DE REVISÃO

O recurso apelatório foi interposto pela defesa, atacando decisão do juízo monocrático, às fls. 61/65, que condenou o réu **José Emílio Coimbra**, conhecido por "Bebel", como incurso nas sanções do art. 339, caput c/c art. 61, inciso II, alínea "a", tudo da Lei Substantiva Penal, à pena de 06 (seis) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semi-aberto e 40 (quarenta) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.

Busca a defesa nas razões de fls. 95/100 a absolvição do apelante alegando ausência de prova quanto à autoria. Subsidiariamente, requer a redução da pena imposta para o mínimo legal, argüindo que as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal são favoráveis ao réu, a aplicação do regime aberto ou a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

Pois bem.

Narra a denúncia, às fls. 02/04, que no dia 19 de agosto de 2004, na Delegacia de Polícia do município de Água Preta, o denunciado José Emílio Coimbra deu causa à instauração de investigação policial contra Manoel da Silva Borges, imputando-lhe, falsamente, o crime de atentado violento ao pudor. Aduz que o denunciado informou que Manoel da Silva havia abusado sexualmente do seu filho Michel da Silva Coimbra, na época com 07 (sete) anos de idade. Por fim, a peça acusatória relata que, a motivação para a denúncia caluniosa foi uma rixa antiga entre denunciado e Manoel da Silva, que são cunhados.

Examino:

Segundo o exposto no conjunto probatório, o recorrente, por vingança, obrigou seu filho Michel da Silva Coimbra a dizer à autoridade policial que havia sido vítima de atentado violento ao pudor, praticado por Manoel da Silva Borges, o que acarretou na instauração de investigação policial em desfavor deste.

Em juízo, às fls. 41/42, o menor Michel da Silva Coimbra confirmou que foi vítima de crime sexual, ao dizer que:

"(...) **Manoel, conhecido como "Noé"**, estava deitado em um sofá e se levantou para ir atrás da casa fazer xixi no esgoto; Que o declarante ficou observando "Noé" fazer xixi e depois "Noé" **o puxou pela mão e disse: "vamos para lá"; (...) Que "Noé" abriu o zíper da calça dele e pegou a mão do declarante, levando-a até o pênis dele; (...) Que "Noé" colocou a declarante em cima dele e ficou abraçado a ele; (...) Que na Delegacia contou essa mesma história; (...) Que não apanhou do pai nem foi forçado a contar tal história; (...) Que nunca sofreu outro abuso sexual anteriormente (...)"**

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

No entanto, a conselheira tutelar Rejane Santos Vieira da Silva, às fls. 42/43, contrariou o relato do menor, afirmando que:

"no dia do fato recebeu uma ligação do Delegado de Polícia de água Preta chamando-a para comparecer à delegacia, pois havia uma queixa de abuso sexual contra criança; Que ao chegar na delegacia, soube que o denunciado estava acusando o cunhado de ter abusado sexualmente de criança Michel; Que Michel e as outras pessoas que se encontravam na delegacia afirmavam que eram falsas as acusações; Que chegou a conversar mais de uma vez com Michel e este afirmou que havia sido forçado pelo pai para inventar que o tio o havia alisado; Que Michel afirmou que chegou a levar uma surra do pai no dia do fato; Que as pessoas da delegacia, dentre elas Maria José, que é vizinha do denunciado, afirmaram que o denunciado quis prejudicar o cunhado porque havia entrado em luta corporal com ele na tarde do fato e havia ficado em desvantagem, inventando tal história como uma forma de prejudicá-lo; Que conversou com a criança cerca de cinco dias após o fato, tendo a mesma mantido a versão de que fora forçado pelo pai; Que na delegacia Michel estava muito assustado; (...)"

Confirmando que foi o pai do menor, José Emílio Coimbra, que obrigou a criança a apontar Manoel da Silva Borges como autor do suposto crime de atentado violento ao pudor, tem-se o depoimento de José Gonzaga da Silva, às fls. 43/44, relatando que:

"(...) soube que o denunciado acusou o Sr. Manoel de ter abusado sexualmente da criança Michel; Que Manoel sempre negou ter praticado qualquer abuso contra a criança; (...) Que soube que o denunciado forçou o filho a inventar que foi abusado sexualmente pelo tio; (...) Que já conversou várias vezes com a criança sobre o fato e ele sempre diz que "Bebel", ou seja, o pai, mandou ele inventar que Manoel abusou dele (...)"

No mesmo sentido são as declarações de Maria José Ferreira e Maria José da Silva, às fls. 44/46.

Posteriormente, o menor foi reinquirido, às fls. 46/47 e, dessa vez, na ausência do pai, confessou ter mentido durante os depoimentos anteriores:

"Que foi "Bebel" quem mandou que ele dissesse que Noel fez isso com ele; Que Noel não fez nada com ele, mas "Bebel" mandou ele dizer isso; Que mentiu porque tem medo de "Bebel"; Que "Bebel" ontem a noite agrediu sua mãe com um pau nas costas, ficando um marca; Que "Bebel" já bateu nele com um cipó e também bate nos irmãos; Que queria morar só com a mãe sem "Bebel" (...)"

Dessa forma, o conjunto probatório demonstrou amplamente a autoria e a materialidade do crime de denunciação caluniosa (art. 339 do CP), quando o apelante, para se vingar do cunhado, obrigou seu filho, menor de idade, a mentir para a polícia, imputando crime falso contra Manoel da Silva Borges, sendo, conseqüentemente, instaurado investigação policial contra este último. Assim, impossível falar-se em absolvição.

Quanto ao pedido de redução da reprimenda aplicada, entendo ser possível tal minoração.

A pena-base foi dosada em 05 (cinco) anos de reclusão, ou seja, 03 (três) anos acima do mínimo previsto em lei, observando-se o conjunto das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal.

No entanto, a magistrada sentenciante, ao analisar a circunstância judicial da culpabilidade e do comportamento da vítima, não as amparou em dados concretos, pelo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

contrário, mostrou-as de forma vaga e abstrata (fl. 64). Dessa forma, deixo de considerá-las como desfavoráveis.

Corroborando esse entendimento:

"HABEAS CORPUS. PENAL. CRIME DE LATROCÍNIO. DOSIMETRIA DA PENA. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA PARA JUSTIFICAR A EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE, EM RELAÇÃO À CULPABILIDADE E AO COMPORTAMENTO DA VÍTIMA. (...) REDUÇÃO DA PENA-BASE PROPORCIONALMENTE AOS AFASTAMENTOS EFETIVADOS. (...) HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE CONCEDIDO. (...) 2. Não pode o magistrado sentenciante majorar a pena-base fundando-se, tão somente, em referências vagas, genéricas, desprovidas de fundamentação objetiva para justificar a exasperação, tais como, "tinha consciência de que agia em desacordo com a lei" (culpabilidade) e "vítima em nada contribuiu para o crime" (comportamento da vítima). (...)" (STJ - HC 191.734/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2012, DJe 26/09/2012)

Da mesma forma, a personalidade e as conseqüências do crime devem ser consideradas favoráveis ao réu, pois, equivocadamente, os mesmos fatos que foram utilizados na sentença para as negativar, também serviram para desfavorecer, respectivamente, a conduta social e as circunstâncias do crime (fl. 64). Diante da hipótese impossível de *bis in idem*, passo também a considerar a personalidade e as conseqüências do crime como favoráveis ao réu.

Ocorre que, mesmo passando a considerar a culpabilidade, a personalidade, as conseqüências do crime e o comportamento da vítima como circunstâncias favoráveis ao recorrente, entendo que houve, acertadamente, a indicação negativa dos requisitos da **conduta social, circunstâncias e motivo do crime**, justificando que, nesse momento, a pena seja fixada em **04 (quatro) anos de reclusão**, ou seja, 02 (dois) anos acima do piso legal. Mantenho o regime carcerário semi-aberto fixado adequadamente pela magistrada *a quo*.

Em seguida, observo que, ao contrário do entendimento do juízo *a quo*, deixo de aplicar o aumento na pena referente à agravante do art. 61, inciso II, alínea "a" do CP, pois a torpeza já foi utilizada para majorar a pena-base, sob pena de configurar *bis in idem*.

Por fim, observo que com o novo patamar de reprimenda, entendo estarem presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, para a substituição da pena privativa de liberdade.

Em sendo assim, de acordo com o estabelecido no artigo 44, §2º, *in fine*, do Diploma Penal, **substituo a pena privativa de liberdade de 04 (quatro) anos, por 02 (duas) restritivas de direito**, competindo, entretanto, ao Juiz da Vara das Execuções Penais especificá-las.

Diante do contexto, **dou provimento parcial** ao recurso para, reformando a sentença, reduzir a pena imposta ao recorrente de 06 (seis) anos de reclusão para **04 (quatro) anos de reclusão**. Em seguida, **substituo a sanção corporal por 02 (duas) penas restritivas de direito, competindo ao Juiz da Vara das Execuções Penais especificá-las**. Mantenho os demais termos da sentença condenatória. É como voto.

Recife, 22 de março de 2013

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Revisor